

ELEIÇÕES UFRRJ: UM NOVO TEMPO VENCE CONSULTA

Com 52,79% dos votos, a chapa Um Novo Tempo foi eleita para a próxima gestão da Reitoria da UFRRJ. Tendo à frente o Prof. Ricardo Miranda como Reitor e a Profa. Ana Maria Dantas Soares como Vice-Reitora, a chapa 2 foi a escolhida pela comunidade da Rural para administrar a universidade, a partir de março de 2005, pelos próximos 4 anos. A chapa concorrente, Amor à Rural, obteve 47,21% dos votos.

Para o Prof. Ricardo Miranda, o dia 10 de dezembro é um marco na história da UFRRJ:

“-Este processo eleitoral, dentre todos os outros, foi um dos mais esclarecedores, pois as diferentes propostas de gestão foram expostas para a comunidade de maneira clara. A proposta de Um Novo Tempo é a que representa uma gestão efetivamente participativa, e junto com todos os segmentos da Rural, pretende estabelecer as diretrizes para os próximos 4 anos da universidade”, diz.

Emocionada, a Profa. Ana Maria Dantas Soares complementa afirmando que, com cooperação, diálogo e muito trabalho, a Um Novo Tempo pretende dar novo rumo à universidade.



Como tudo começou

Uma pré-comissão eleitoral, formada por representantes de cada segmento (ADUR, SINTUR e DCE), foi organizada para viabilizar as eleições para a próxima Reitoria da UFRRJ. Inicialmente, o principal objetivo desta pré-comissão era o de conduzir a discussão sobre as normas eleitorais. Nesta época, esta pré-comissão reuniu-se várias vezes e deliberou que um Regimento Eleitoral definitivo, que contemplasse os três segmentos da UFRRJ, deveria ser homologado por uma Assembléia Conjunta Paritária. Esta comissão elaborou uma proposta de Regimento Eleitoral, que posteriormente foi discutida por cada segmento, em assembleias de suas respectivas categorias.

Vale lembrar que em todas as propostas de regimento eleitoral, discutidas por cada segmento e enviadas por ADUR, SINTUR e DCE para deliberação na Assembléia Conjunta, estava o ponto sobre a composição do colégio eleitoral, o que incluiu a questão dos

aposentados. Assim, ao convocar a Assembléia Paritária e ao incluir este ponto, cada uma das três entidades estava reconhecendo aquele fórum como o espaço correto para deliberar sobre isto.

A Assembléia Conjunta Paritária realizou-se em 7 de outubro, no Gustavo, quando houve a homologação do Regimento Eleitoral e da Comissão Eleitoral. No início desta assembleia, contudo, o SINTUR questionou o caráter deliberativo da reunião em curso. Os representantes da Comissão Eleitoral, entretanto, informaram que os três segmentos acordaram previamente o caráter paritário e deliberativo da assembleia de 7 de outubro, divulgada com antecedência.

Desde a realização desta Assembléia Conjunta Paritária, várias reuniões e discussões foram estabelecidas entre os diferentes segmentos da UFRRJ. No dia 14 de outubro, os técnico-administrativos realizaram uma assembleia geral da categoria, e

entre outras deliberações, o SINTUR solicitou à Comissão Eleitoral “a revisão da posição tomada pela ADUR e DCE quanto à exclusão dos aposentados técnico-administrativos do processo eleitoral ora em curso”.

Em 18 de outubro, a Comissão Eleitoral respondeu, por escrito, ao recurso do SINTUR, informando que na reunião do dia 24 de agosto de 2004, os representantes das três entidades que compunham a pré-comissão eleitoral decidiram que o Regimento Eleitoral para as eleições da Reitoria 2005/2009 deveria ser aprovado e homologado por Assembléia Conjunta Paritária dos três segmentos. A Comissão Eleitoral, neste mesmo ofício, afirmou que “qualquer alteração deste Regimento, não pode se dar no âmbito desta comissão”, e sim, em Assembléia Conjunta Paritária, a ser convocada em comum acordo por ADUR, SINTUR e DCE, como prevê o artigo 46 do Regimento ora em vigor.

CONTINUA NA PÁGINA 2

CHAPA 2: UM NOVO TEMPO

Componentes da Chapa

Reitor:

Prof. Ricardo Motta Miranda

Vice-Reitora:

Profa. Ana Maria Dantas Soares

Decanos:

Assuntos Administrativos:

Ana Lúcia dos Santos Barbosa

Assuntos Financeiros:

Prof. Eduardo Mendes Callado

Assuntos Estudantis:

Prof. Azarias M. de Andrade

Ensino de Graduação:

Profa. Nídia Majerowicz

Ensino de Extensão:

Prof. José Cláudio S. Alves

Pesquisa e Pós-Graduação:

Profa. Áurea E. A. N. Lima

OPINIÃO:

ANDES IRÁ DISCUTIR DESFILIAÇÃO DA CUT NO PRÓXIMO CONGRESSO

**UM DOS ENCAMINHAMENTOS
DO 49º CONAD FOI
DISCUTIR A POSSIBILIDADE DO
ANDES-SN DESFILIAR-SE
DA CUT, O QUE SERÁ DELI-
BERADO PELO SINDICATO NA-
CIONAL NO PRÓXIMO CON-
GRESSO. VEJA OS TEXTOS
SOBRE O ASSUNTO NA PÁGINA
ELETRÔNICA DA ADUR-RJ,
INFORME-SE E OPINE SOBRE
ISTO.**

ACESSE:

WWW.ADUR-RJ.ORG.BR



Em assembléia geral da categoria, os técnico-administrativos deliberaram por "não convocar ou participar de Assembléia Conjunta que tenha como ponto de deliberação a participação dos servidores técnico-administrativos aposentados no processo de consulta à Comunidade, que ora se desenvolve". Assim, o SINTUR decidiu não realizar a convocação, o que impossibilitou rediscutir o recurso apresentado por aquela entidade.

No início do mês de novembro, o SINTUR retirou seus representantes da Comissão Eleitoral, agora composta por docentes e discentes. Em ofício enviado à Comissão no dia 17 de novembro, comunicaram que estariam fora do processo, não admitindo "qualquer manifestação que venha contrariar a vontade da nossa categoria expressada no seu fórum de deliberações".

Em 22 de novembro, a Comissão Eleitoral novamente respondeu ao SINTUR, esclarecendo que não era de sua competência alterar a decisão tomada em Assembléia Conjunta Paritária. Como não houve um chamamento do SINTUR para que uma nova Assembléia Conjunta Paritária, fosse convocada pelos três segmentos, para deliberar sobre possíveis alterações no artigo que se refere ao voto dos aposentados, e a Comissão Eleitoral não dispunha de poderes para alterá-lo, sem a convocação de tal Assembléia, não foi possível modificar este artigo do Regimento Eleitoral. Assim, a Comissão conduziu o processo de consulta de acordo com o Regimento Eleitoral homologado na Assembléia Paritária de 07 de outubro.

Consulta eleitoral paralela

O Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRRJ decidiu realizar, por conta própria, uma consulta eleitoral paralela à organizada pela Comissão Eleitoral.

Todas as chapas participantes, exceto Um Novo Tempo, assinaram um documento pelo qual se comprometeram em respeitar o processo, bem como o resultado desta consulta paralela conduzida pelo SINTUR, referendada em acordo entre as chapas e o Sindicato dos Técnico-Administrativos, em reunião do último dia 29 de novembro.

Embora a orientação do SINTUR tenha sido para os técnico-administrativos votassem apenas nas urnas do sindicato, os servidores da UFRRJ participaram expressivamente das eleições conduzidas pela Comissão Eleitoral.

As entidades – ADUR e DCE – distribuíram uma nota à comunidade da UFRRJ em 1º de dezembro, pela qual esclareceu mais uma vez que "ADUR e DCE fizeram grande esforço, sem sucesso, no sentido de que este processo se desse com a participação ampla e irrestrita de todas as entidades, incluindo o SINTUR".

Neste mesmo documento, ADUR e DCE informaram ainda que "qualquer mudança no Regimento (...) teria que ser feita, em tempo hábil, na Assembléia Conjunta Paritária, o que não ocorreu devido à negativa do SINTUR em convocá-la".

Nesta mesma nota, ADUR e DCE também comunicaram à Comunidade, que a única consulta que reconheceriam com legitimidade seria a que foi organizada pela Comissão Eleitoral, aprovada nas assembléias das categorias, cujo resultado final será o único a ser encaminhado ao Conselho Universitário (CONSU).

Após tomar conhecimento da nota divulgada pela ADUR e DCE, o SINTUR distribuiu uma "Carta Aberta à Comunidade Universitária", pela qual chamou de propaganda mentirosa a declaração das entidades, criticando o fato destas reconhecerem legitimamente

apenas o resultado apurado pelas urnas oficiais.

De acordo com este documento veiculado pelo SINTUR, a entidade não participou de nenhuma Assembléia Conjunta Paritária e ADUR e DCE estariam comprometidos com uma das chapas concorrentes, priorizando a defesa da posição da chapa.

A Comissão Eleitoral, que seguiu à risca as determinações do Regimento Eleitoral aprovado em Assembléia Conjunta Paritária, não reconheceu o acordo firmado entre o SINTUR e as chapas, já que elas não constituíam instâncias deliberativas do processo.

As eleições

O primeiro turno das eleições aconteceu nos dias 30 de novembro, 01 e 02 de dezembro; enquanto a consulta eleitoral do segundo turno realizou-se nos dias 08, 09 e 10 de dezembro. Dezesete seções eleitorais e 33 urnas foram distribuídas pelo Prédio Central (P1), CTUR (Colégio Técnico), CPDA, sede dos cursos noturnos, e interiorizações da Rural em Campos, Qatis, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Três Rios. Cada seção eleitoral contou com um presidente e um mesário e um fiscal de cada chapa. A votação aconteceu no período das 8h às 17h e os alunos dos cursos noturnos tiveram um horário diferenciado, votando das 18h às 20h30min.

Durante todo o período eleitoral, a Comissão supervisionou atentamente o trabalho dos voluntários e conseguiu contornar alguns problemas, entre eles, a atuação desrespeitosa de alguns integrantes do SINTUR. Antes que as seções eleitorais fossem abertas no primeiro dia de votação, alguns representantes do Sindicato dos Técnicos da Universidade Rural riscaram e posteriormente arrancaram os cartazes afixados nas paredes das seções eleitorais, que incluíam a categoria dos servidores como votantes.

Neste mesmo dia, a Comissão Eleitoral também foi informada que alguns servidores da UFRRJ retiraram a urna do local. Na ata da 11ª seção eleitoral consta que,

no dia 30 de novembro do corrente, às 8h40min, a urna nº 25 "foi impossibilitada de receber os votos referentes aos técnico-administrativos, pois o técnico-administrativo Celso Nogueira recolheu a urna do local de votação". O servidor citado assinou a ata desta seção, que, conseqüentemente, teve que encerrar os trabalhos. (Leia, abaixo, a entrevista realizada com o vice-presidente desta seção em Campos, Valdemir Paulo Marques).

No último dia 6 de dezembro, a Comissão Eleitoral solicitou, por ofício, ao SINTUR a devolução da urna, uma vez que esta pertencia ao Tribunal Regional Eleitoral e estava sob responsabilidade desta Comissão. O SINTUR atendeu prontamente a solicitação e devolveu o material apreendido.

Em meio às adversidades, as chapas concorrentes concentraram-se em frente ao P1 e subdividiram-se em outras sedes de votação, procurando cativar eleitores ainda indecisos. Panfletos contendo as propostas das chapas foram distribuídos aos eleitores.

Após o encerramento das votações do primeiro turno, a Comissão Eleitoral conduziu os trabalhos de apuração, a partir das 19 horas, no P1. Para preservar a segurança da apuração, o acesso ao local foi restringido aos representantes nomeados por cada chapa e à Comissão Eleitoral. O público pôde acompanhar o resultado da apuração em tempo real por um datashow, disponibilizado no hall do P1.

Durante a apuração, a Comissão Eleitoral informou aos presentes que a urna de Campos havia sido apreendida pelo SINTUR. Por isso, não foi possível, obviamente, contabilizar os votos dos técnico-administrativos do local, no primeiro turno.

Mesmo com todas as dificuldades, na madrugada do dia 3 de dezembro passado, a comunidade da Rural conheceu as duas chapas vencedoras do primeiro turno, e conseqüentemente, concorrentes à disputa final pela Reitoria da UFRRJ. Um Novo Tempo e Amor à Rural enfrentaram-se no segundo turno, que transcorreu sem grandes empecilhos e dificuldades.

Segundo turno

O mesmo procedimento realizado no primeiro turno foi também adotado nesta segunda etapa das eleições para Reitoria da Rural. Durante os dias 08,09 e 10



esta Comissão determinou que o segundo turno para escolha do próximo Reitor da UFRRJ aconteceria na cidade cidade, nos dias 09/12 (quinta-feira), no horário das 8h às 17horas, e 10/12 (sexta-feira), das 8h às 11h.

A Comissão esclareceu que não seria possível estender o horário

de dezembro, a Comissão cumpriu o Regulamento Eleitoral com seriedade e contou com a colaboração de docentes, discentes e técnico-administrativos, que trabalharam como mesários e fiscais de chapa.

Novamente o município de Campos foi a única exceção à rotina do segundo turno. No dia 08 de dezembro (quarta-feira), quando teve início a segunda fase da consulta eleitoral, esta cidade celebrava, em feriado, o dia da padroeira do local, Nossa Senhora da Conceição.

Tendo em vista este fato e a preocupação da Comissão Eleitoral em garantir tempo suficiente para votação dos eleitores de Campos,

da consulta eleitoral em Campos até às 17h do dia 10/12 devido à distância e ao tempo despendido para o deslocamento da urna eleitoral do citado município até Seropédica.

No último dia de votação, funcionários da Light estiveram na UFRRJ para realizar um reparo no transformador de energia, possivelmente atingido por relâmpagos em decorrência da chuva e do mau tempo. Das 23 horas do dia 09 até às 11 horas do dia posterior, a Rural esteve sem luz elétrica, o que poderia atrasar ou até mesmo adiar a apuração dos votos do segundo turno.

No entanto, não houve empecilhos para que a apuração da segunda etapa de votação

acontecesse no dia 10 de dezembro, às 18 horas, no P1.

Sob a supervisão da Comissão Eleitoral, cinco mesas apuradoras – compostas por voluntários e por fiscais das chapas Um Novo Tempo e Amor à Rural – contabilizaram os resultados.

Tanto na sala de apuração quanto no campus, o clima era de tensão e expectativa. Os representantes das chapas finalistas, assim como seus eleitores, aguardavam ansiosamente a divulgação dos resultados parciais. A torcida, dividida, concentrou-se em locais distintos. Um Novo Tempo esteve predominantemente no hall do P1, enquanto Amor à Rural aguardava, no lado de fora do prédio, o resultado de cada parcial.

Durante a apuração, a chapa 2 se manteve na liderança, sobretudo devido a diferença de votos conquistadas

com apoio massivo dos discentes – segmento no qual conquistou a maioria dos votos. A chapa 3 Amor à Rural obteve maior número de votos entre os técnico-administrativos. O resultado foi praticamente o mesmo no segmento docente.

Quando o resultado final foi divulgado, os eleitores da Um Novo Tempo festejaram ao som da música homônima de Ivan Lins. Os candidatos da chapa Amor à Rural parabenizaram os vencedores. Juntos, representantes e eleitores das chapas Um Novo Tempo e Amor à Rural escreveram a história de mais uma eleição para Reitoria da UFRRJ.



PROPOSTA DA CHAPA UM NOVO TEMPO

A chapa UM NOVO TEMPO é fruto de uma reflexão coletiva e crítica sobre as potencialidades e limitações atuais da UFRuralRJ e da efetiva contribuição de inúmeros estudantes, técnico-administrativos e docentes, reunidos semanalmente desde janeiro de 2004. O programa de UM NOVO TEMPO para a Rural fundamenta-se na convicção de que administração superior pode criar condições que fortaleçam a universidade em sua vocação primordialmente educativa e geradora de conhecimento ao buscar, através de diferentes ações, projetos e programas, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. UM NOVO TEMPO defende que a estrutura de poder bem como a gestão administrativa da Rural precisam ser efetivamente democratizadas por

meio de um processo de reforma estatutária amplamente participativo, representativo e ágil. UM NOVO TEMPO, estabelece os seguintes compromissos com a comunidade universitária:

- administrar, de forma democrática e com a efetiva participação de todos os docentes, técnico-administrativos e estudantes, uma Universidade Rural pública, gratuita, com comprovada qualificação e que contribua nas análises e soluções dos grandes problemas sociais do país;
- viabilizar o conceito de transparência total e de decisões participativas, de fato, na elaboração orçamentária, aplicação de recursos, planejamento e avaliação institucional;
- dar prioridade para a infraestrutura que permita o pleno funcionamento de todas as coordenações de cursos e a recuperação, ampliação e modernização dos espaços acadêmicos (salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, salas de estudos);
- disponibilizar um sistema de matrículas e acompanhamento

acadêmico eficiente e totalmente informatizado, via *internet*;

- apoiar a participação de estudantes de graduação em eventos acadêmicos, incluindo a aquisição de ônibus para este fim;
- garantir qualidade, a manutenção dos preços das refeições do restaurante universitário e melhorar a estrutura física e de funcionamento dos alojamentos;
- criar programas de apoio aos recém-pós-graduados e a grupos emergentes de pesquisa, estimulando a vinculação entre eles;
- incentivar e assessorar os programas de pesquisa e extensão em cada departamento acadêmico, objetivando maior eficiência na aprovação de projetos;
- estabelecer ações que visem integrar plenamente as interiorizações à estrutura acadêmica da universidade;
- instituir o Fórum Ciência e Cultura em torno de grandes questões acadêmicas e sociais, estabelecendo parcerias e intercâmbios com as demais

instituições públicas de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro;

- melhorar a qualidade de vida no campus, mediante a implementação de uma política permanente e integrada de educação, saúde, cultura, alimentação, habitação, esporte, lazer, segurança e da implementação de espaços de convivência devidamente estruturados;
- criar e incentivar programas e projetos que possibilitem a construção de conhecimentos pela troca entre os saberes acadêmicos e populares, abrindo a Universidade para a população ao seu redor;
- desenvolver programas voltados para a qualificação pessoal e profissional dos servidores técnico-administrativos, estimulando-os a formularem soluções para os problemas institucionais e garantindo-lhes a direção ou chefia de funções técnico-administrativas;
- cuidar do campus em todos seus aspectos: ambiental, estéticos, artísticos e paisagísticos, recuperando-o como local de vivência de toda a comunidade.

Veja os resultados finais:

Primeiro turno:

Chapas	Total de votos	Total por segmento			%total de votos sem ponderação	% de votos			Porcentagem dos votos ponderados em cada chapa
		Doc.	Disc.	Tec.		Doc.	Disc.	Tec.	
(1) Inovar	1069	135	714	220	19,57	26,83	16,94	35,03	26,20
(2) Um Novo tempo	2133	131	1898	104	39,05	25,84	46,02	16,56	29,14
(3) Amor à Rural	1614	168	1177	269	29,55	33,14	27,92	42,83	34,63
(4) Alitude	535	73	427	35	9,79	14,40	10,13	5,57	10,03
Branços	13	1	11	1	0,24	0,20	0,26	0,16	
Nulos	98	14	64	20	1,79	2,76	1,52	3,18	
Total	6462	507	4216	628	100	100	100	100	100

Segundo turno:

Chapas	Total de votos	Total por segmento			%total de votos sem ponderação	% de votos			Porcentagem dos votos ponderados em cada chapa
		Doc.	Disc.	Tec.		Doc.	Disc.	Tec.	
(2) Um Novo tempo	3192	255	2592	345	59,25	49,61	66,08	43,78	52,79
(3) Amor à Rural	2094	260	1301	443	38,87	50,49	34,92	56,22	47,21
Branços	14	0	10	4	0,26	0,00	0,25	0,49	
Nulos	87	11	51	25	1,61	2,09	1,26	3,06	
Total	5387	515	3983	788	100	100	100	100	100

O QUE DIZ A UM NOVO TEMPO:

"Esta foi a vitória da força, da solidariedade, do companheirismo e de uma nova filosofia de tomar decisões que sejam para todos e não para um pequeno grupo."
(Profa. Nidia Majerowicz)

"Nossa luta é por uma universidade democrática, fruto de uma construção coletiva. Quebramos a hegemonia de interesses não transparentes e privatizantes."
(Prof. José Cláudio S. Alves)

"Vamos salvar a UFRRJ da privatização e levantar a auto-estima da comunidade."
(Profa. Profa. Áurea E. A. N. Lima)

"Pretendemos dialogar com todos, com as lideranças das chapas concorrentes, assim como com aqueles que não estiveram conosco nesta campanha, para discutir e implementar nossas propostas."
(Prof. Eduardo Mendes Callado)

"Com qualquer resultado, a Rural viveria Um Novo Tempo, pois este movimento foi único, de participação e discussão. Negociamos com nossas propostas, nosso programa, e por isso, chegamos aqui!"
(Profa. Ana Lúcia dos S. Barbosa)

ENTREVISTA: VLADIMIR PAULO MARQUES

O DESAPARECIMENTO DA URNA DE CAMPOS

No último dia primeiro de dezembro, ADUR INFORMA ouviu Valdemir Paulo Marques, aluno do 6º período de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA), ex-integrante do DCE (2002-2004), que trabalhou como vice-presidente na seção eleitoral de Campos:

ADUR INFORMA: Valdemir, você pode explicar como aconteceu o seqüestro da urna em Campos?

VM: Dispus-me a ser mesário em Campos, seção eleitoral na qual só havia o segmento do técnico-administrativos. Saímos de Seropédica no dia 29 de novembro, segunda-feira, e pernôitamos na cidade. No dia seguinte, quando montávamos a nossa seção eleitoral, quatro pessoas do SINTUR apareceram e nos proibiram de montar nossa mesa. Explicamos que havíamos nos comprometido com a Comissão Eleitoral em realizar o processo eleitoral naquele município. Eles disseram que não deveríamos fazê-lo, pois a eleição da Comissão Eleitoral não

era legítima, uma vez que faltava a categoria dos técnico-administrativos. Expliquei que a eleição deles não seria legítima, já que eles não agiriam democraticamente, quando se retiraram da Comissão Eleitoral. Eles retiraram a urna e nós relatamos o acontecido na ata daquele dia, a qual o técnico-administrativo Celso Nogueira assinou.

ADUR INFORMA: Qual foi o primeiro procedimento de vocês?

VM: Informamos a Comissão Eleitoral sobre o ocorrido, que nos pediu que voltássemos à universidade.

ADUR INFORMA: Houve algum tipo de ameaça do SINTUR?

VM: A conversa foi pacífica, mas na medida em que apresentávamos nossos argumentos para que a urna permanecesse no local, os ânimos foram se alterando. Eles retiraram a urna e disseram que a entregariam depois da consulta eleitoral do primeiro turno. Um fiscal da Inovar e outro da Amor à Rural acompanharam de perto esta discussão.

ADUR INFORMA: Como você

analisaria este episódio do SINTUR?

VM: Acho que eles deveriam ter respeitado nosso espaço, assim como a Comissão Eleitoral. Entendo que eles apoiaram certo candidato e, por isso, fizeram tamanha pressão para que a p o s e n t a d o s votassem.

ADUR INFORMA: Qual foi a importância de participar de um momento como esse?

VM: Há diferenças entre passar para uma universidade pública e estudar nela. Participar de um momento importante como é a escolha do próximo Reitor, pode até não acrescentar nada no seu currículo, mas certamente contribui com o seu aprimoramento pessoal. Serei um estudante com uma formação mais ampla do que aquele que chega aqui, assiste



"ACHO QUE ELAS DEVERIAM TER RESPEITADO NOSSO ESPAÇO, ASSIM COMO A COMISSÃO ELEITORAL".

VLADIMIR MARQUES

às aulas e vai embora para casa alheio às discussões.

CHEFE GUARANI

A cena poderia parecer estranha. No entanto, se olhássemos com mais cuidado iríamos identificar muitos significados. Uma moça alta, à frente de um grupo de alunos, professores e técnico-administrativos, cada um abraçado a uma urna, em fila indiana. O cenário, corredores de um prédio colonial, quase um monastério, completava a singularidade da paisagem. Uma chamada, em voz alta, checava a presença de todas as urnas. Apesar da ordem, apesar da fila organizada pela rígida numeração, o clima era alegre. As pessoas não se mostravam contrariadas e o sorriso e as brincadeiras seguiram todo o trajeto.

Aquela "ordem unida" não lembrava em nada um exercício militar, mas era impressionante como todos contribuíam, de forma espontânea, para que a ordem fosse mantida e a organização daquela tarefa tivesse sucesso. Estava se fechando a primeira fase do processo eleitoral para a escolha do próximo Reitor da UFRRJ e aquela marcha conduzia as urnas para o local de apuração. Chegando na sala de destino, todos aguardavam na fila e, à medida que eram chamados, entravam e depositavam sua urna lacrada, na mesa indicada com precisão pela moça. Cansados, mas com alegria.

A importância da participação de toda a comunidade para a escolha de seus dirigentes poderia ser o fato marcante e de maior relevância. Mas aquela "marcha" mostrava que existia muito mais que isto. Depois de um processo muito desgastante, pressões políticas, desaparecimento de urna, questões de segurança, reuniões seguidas, etc., aquele grupo conseguia se organizar para o desfecho parcial. De forma

espontânea, cada integrante deu autoridade àquela moça alta para guiar e dar as direções para todo o grupo. E este seguia sem questionar. Não era uma relação autoritária, imposta. Era uma autoridade assumida por cada um, que se submetia de forma espontânea. Era uma autoridade que nascia no meio da "guerra" e que iria terminar logo que a última batalha chegasse ao fim. De certa forma aquela passagem mostrava uma capacidade incrível de auto-organização, sem submissões. Todos imbuídos de realizar uma tarefa comum.

O antropólogo Pierre Clastres contava que, entre os índios Guaranis, o chefe não tinha o poder de mando sobre os integrantes da tribo. Ele tinha o "dom" da palavra e resolvia os conflitos sempre através de conversas com as partes. A única exceção a isto se dava nos períodos de guerra, onde o grupo transferia para ele a autoridade de conduzir toda a tribo. Este poder terminava com o fim da guerra.

Aquela marcha, todas as circunstâncias, a atuação do grupo que conduziu o processo, a nossa Chefe Guarani, a maneira espontânea com que todos reconheceram a sua liderança, a busca de auto-organização e o sucesso com que tudo isto se deu nos faz pensar. Ali não se via um comando autoritário, hierárquico, obrigatório, mas sim uma autoridade efêmera, para aquela tarefa, assumida por todos e que teve sucesso.

Temos muito mais a aprender sobre as nossas potencialidades e nossa capacidade de organização do que poderíamos imaginar.

Luis Mauro Sampaio Magalhães
Diretoria ADUR

ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR E LEIA OS NOVOS ARTIGOS DISPONIBILIZADOS NA PÁGINA ELETRÔNICA DA ADUR-RJ.

DEBATES ENTRE CHAPAS MOVIMENTAM A RURAL

Segundo debate do primeiro turno

No dia 23 de novembro passado, a Comissão Eleitoral organizou um segundo debate entre as chapas concorrentes à administração da UFRRJ. Ao contrário do primeiro debate, ocorrido no dia 9 do mesmo mês, as "alfinetadas" entre os candidatos foram constantes.

O debate foi conduzido por representantes da Comissão Eleitoral, que novamente, antes de iniciarem os trabalhos, esclareceram os impasses entre a Comissão Eleitoral e o SINTUR, conforme retratados nesta edição do ADUR Informa. Os representantes da mesma Comissão leram o ofício nº 114 do SINTUR, datado do dia 17 de novembro, pelo qual o Sindicato dos Técnico-Administrativos comunica a retirada dos servidores da UFRRJ do processo eleitoral em curso. Neste momento, a Comissão leu a resposta encaminhada ao SINTUR, pela qual informa que esperou pela convocação da dita entidade para uma nova Assembléia Conjunta Paritária, como fizeram ADUR e DCE, tendo em vista que a mesma só pode ser convocada pelos três segmentos.

Os representantes da Comissão Eleitoral informaram ainda que a posição ocupada por cada chapa no palco foi sorteada. Eles também sortearam a ordem em que cada concorrente responderia as perguntas. Do mesmo modo, a Comissão esclareceu que as regras do debate foram previamente combinadas com os representantes de cada chapa, e que não houve modificações em relação ao procedimento seguido no primeiro debate de 9 de novembro.

O debate foi dividido em quatro blocos. Inicialmente, cada chapa dispôs de 10 minutos para a exposição de suas propostas. Os participantes, novamente, priorizaram a apresentação da equipe. Num segundo momento, as chapas responderam a três perguntas, cada uma formulada pelos segmentos da UFRRJ (docentes, discentes e técnico-



administrativos) – previamente depositadas em caixas diferenciadas por categoria, localizadas à frente do palco.

Na terceira parte do debate, todas as chapas responderam às questões formuladas, especificamente para elas, por cada um dos três segmentos. As perguntas, bem como o nome daqueles que desejassem formulá-la pessoalmente, poderiam ser depositados na urna da respectiva categoria (docentes, discentes e técnico-administrativos). No último momento, cada chapa pode fazer suas considerações finais em cinco minutos.

O auditório esteve lotado. A platéia manifestou-se vaiando e aplaudindo, tendo havido apenas uma tentativa isolada de desrespeitar um dos candidatos. Este comportamento foi prontamente repreendido pela Comissão Eleitoral.

O candidato à Reitor da chapa Atitude, Prof. Gabriel Santos, foi o primeiro a "cutucar" seus concorrentes, ao afirmar que esta eleição estaria claramente dividida por duas chapas que se aproximam do modelo administrativo vigente e que a outra poderia ser identificada como uma chapa sindical. À frente da chapa Amor à Rural, o candidato Prof. Laerte Grisi não se distanciou da análise do oponente. Disse que nesta eleição, as chapas que disputavam com a sua poderiam ser caracterizadas pela atuação sindical, pelo perfil administrativo e outra pelo perfil acadêmico, mas sem experiência administrativa. A única que conjugaria experiência acadêmica e administrativa seria a liderada por ele.

Diferindo da postura dos outros

candidatos, a Profa. Regina Araújo afirmou que para a Inovar, ter experiência administrativa é fundamental. Como principal bandeira, defendeu a transparência do orçamento e a valorização das pessoas que compõem a comunidade da UFRRJ. O candidato da



chapa Um Novo Tempo, Prof. Ricardo Miranda, ressaltou a proposta da equipe em adotar a gestão participativa como modelo administrativo, assim como, entre outras propostas, defendeu otimização de políticas educacionais da Rural.

Todas as chapas, ao longo do debate, declararam-se contrárias à política de Reforma Universitária implementada pelo governo, ainda que algumas nem mencionassem tema tão importante em seus folhetos de campanha. Para os candidatos, a universidade carece de reformulação, mas não a que está sendo imposta pela atual gestão federal.

Da mesma forma, os candidatos ressaltaram a necessidade de se investir na área de saúde e na qualidade de atendimento do hospital universitário, assim como melhorar as condições de trabalho dos servidores, alimentação e habitação dos discentes.

De uma maneira geral, as chapas também reafirmaram a importância do debate como um espaço de trocas, conscientização e politização dos eleitores. Inovar, Um Novo Tempo, Amor à Rural e Atitude parabenizaram a Comissão Eleitoral pela condução dos trabalhos.

Para encerrar o debate, a Comissão Eleitoral leu a "Carta Aberta aos Técnico-Administrativos", elaborada pelo Diretório Central dos Estudantes, pela qual o DCE conclamou "ao segmento técnico-administrativo a participar dessa consulta, (...)", já que "a não participação do processo de consulta é ajudar a fazer eleições para reitoria na cúpula da universidade, contrariando todo o acúmulo histórico há

mais de 20 anos de lutas em defesa de um processo eleitoral verdadeiramente participativo e democrático".

A Comissão Eleitoral ainda leu a "Carta Aberta à Comunidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro", escrita pela Diretoria da ADUR-RJ, pela qual esclareceu aos destinatários os últimos acontecimentos sobre as eleições, assim como também convidou "os companheiros do SINTUR, para voltarem a integrar a Comissão Eleitoral (...)" e fortalecer "a luta contra as forças que pretendem cada vez mais dividir nossos movimentos".

O debate do segundo turno: Um Novo Tempo X Amor à Rural

Com a proximidade de uma decisão final, os candidatos das chapas Um Novo Tempo e Amor à Rural mostraram-se mais suscetíveis às críticas e provocações. Os ânimos dos concorrentes, e conseqüentemente, dos eleitores de cada chapa estiveram latentes no último debate que antecedeu o segundo turno, realizado no Gustavo, no dia 7 de dezembro.

A Comissão Eleitoral conduziu as atividades que, desta vez, teve novas regras, já que o debate ganhou dois outros blocos. No primeiro deles, cada chapa dispôs de 10 minutos para apresentação das suas propostas. No segundo bloco, uma pergunta de cada segmento foi respondida por todas as chapas. Elas foram colocadas dentro das urnas ou feitas pessoalmente. No terceiro momento, cada chapa respondeu a uma pergunta de cada segmento.

A grande diferença deste debate esteve no quarto bloco, quando cada chapa fez três perguntas para a oponente, que dispôs de 3 minutos para responder a cada uma delas. Houve ainda um minuto para réplica e outro para a tréplica. Na quinta etapa, as concorrentes tiveram 5 minutos para fazer considerações sobre o debate, incluindo reposta para eventuais acusações. Se fosse o caso, neste momento seria aberto espaço para direito de resposta. No último bloco, cada chapa teve 5 minutos para as considerações finais.

A ordem de apresentação e de resposta às perguntas foi sorteada pela Comissão Eleitoral. Na maioria das vezes, Amor à Rural foi a primeira chapa a pronunciar-se.

Ambas as chapas agradeceram aos eleitores pelos votos recebidos, e destacaram a importância de se realizar este debate no segundo turno. As concorrentes apresentaram os componentes da equipe, destacando a formação acadêmica de cada um deles.

O candidato à Reitor da chapa Amor à Rural, Prof. Laerte Grisi, afirmou que a concorrente é uma chapa de sindicato, cujo alguns integrantes já estiveram à frente de administrações anteriores na Rural. A chapa Um Novo Tempo associou a candidatura de sua antagonista como uma perpetuação de um mesmo grupo que há muito administra a UFRRJ.

Prof. Ricardo Miranda, candidato à Reitor pela Um Novo Tempo, destacou que desde o primeiro debate, ocorrido em 9 de novembro, a comunidade da Rural já pôde perceber a diferença de proposta das candidaturas.

Durante o debate, a platéia – formada majoritariamente por estudantes – manifestou-se à favor ou contra as chapas que se apresentavam. Aplausos, vaias e "gritos de guerra" tomaram conta do plenário. Todos puderam se expressar, desde que não infligissem a ordem e não desrespeitassem o opositor. Algumas vezes, quando os ânimos ficaram exaltados, a Comissão Eleitoral precisou intervir, pedindo que os presentes se acalmassem e mantivessem a ordem.

A bipolaridade da platéia ficou

ainda mais evidente quando os participantes enviaram ou realizaram pessoalmente suas perguntas aos candidatos. Prof. Ricardo Miranda, da Um Novo Tempo, foi interpelado algumas vezes acerca do acordo firmado entre as demais chapas e o SINTUR, pelo qual se comprometeram em acatar a condução, bem como o resultado, do processo eleitoral paralelo realizado pelo Sindicato dos Técnicos. A Um Novo Tempo foi a única chapa que não assinou tal documento, e explicou que essa decisão foi coerente com seus princípios. Segundo o candidato à Reitor da chapa 2, todas as concorrentes assinaram, inicialmente, um documento, pelo qual acordaram em participar do processo em curso, respeitando e acatando as deliberações do Regimento Eleitoral homologado em Assembléia Conjunta Paritária, bem como a própria Comissão Eleitoral.

O Prof. Laerte Grisi, da Amor à Rural, foi questionado sobre seu posicionamento a respeito do aumento do preço do bandeirão. Como a pergunta fora direcionada diretamente ao candidato e não a ambas as chapas, conforme as regras deste debate previam para o segundo bloco das atividades, a Comissão Eleitoral sugeriu desconsiderar tal questionamento e realizar o sorteio de outra pergunta. Prof. Laerte Grisi, no entanto, não aceitou tal proposta.

Ao responder sobre o preço do bandeirão, o candidato disse que não mentiria para calouros pretendendo angariar votos. Afirmou, inicialmente, que apoiaria novo aumento de preço, se preciso fosse, já que o valor pago pelos estudantes não gera lucros, cobrindo apenas as despesas. Complementou afirmando que não é justo que aqueles alunos que possam pagar não o façam, já que cerca de 500 bolsas são distribuídas para outros estudantes que de fato não podem arcar com o custo da alimentação no Restaurante Universitário.

Prof. Ricardo Miranda disse que a proposta da chapa Um Novo Tempo é produzir na própria universidade os alimentos a serem consumidos no Bandeirão. Para o candidato, a qualidade de

vida da comunidade da Rural deve ser prioridade.

As demais perguntas englobaram temas como a captação de recursos financeiros, orçamento participativo, qualificação do trabalho de técnico-administrativos e do ensino aos estudantes.

No quarto bloco, quando as perguntas foram estabelecidas pelos concorrentes, Prof. Laerte Grisi questionou Prof. Ricardo Miranda sobre a divulgação de um documento – “Conclamação em apoio à chapa Um Novo Tempo” – distribuído na entrada do Gustavão. O candidato da Um Novo Tempo disse que este documento foi uma iniciativa de algumas pessoas que no primeiro turno pertenceram ou votaram nas demais chapas (Inovar e Atitude), que agora manifestaram seu apoio à chapa 2.

A Um Novo Tempo perguntou ao Prof. Laerte Grisi seu posicionamento em relação à Reforma Universitária, sobretudo no que se refere à Lei Orgânica, Autonomia e Inovação Tecnológica. O candidato disse ser contra a Reforma Universitária que está sendo conduzida pelo governo, afirmando que se eleito, buscaria apoio político com deputados federal e estadual para combatê-la. Ele também disse que a Rural está sem mobilização de representação política.

As demais perguntas trataram da gestão participativa, das melhorias nos alojamentos, na qualidade da refeição servida no bandeirão, e na implementação de bolsas de iniciação científica.

Durante as considerações finais, Prof. Laerte Grisi acusou Prof. Ricardo Miranda de ter ape-

nas um discurso bonito, porém, esvaziado. Reiterou que a Um Novo Tempo é uma chapa de política partidária, e que a proposta da Amor à Rural é integrar a sociedade com municípios vizinhos, qualificar a mão-de-obra e implantar um pólo industrial em Seropédica com o apoio da Prefeitura do local.

O Prof. Ricardo Miranda concluiu afirmando que Prof. Laerte Grisi representa a continuidade do mesmo grupo que administra a Rural há anos. Defendeu a reforma do estatuto, levando em consideração o documento base existente, assim como disse que priorizará o diálogo com a comunidade. A chapa Um Novo Tempo manifestou-se veementemente contra a Reforma Universitária colocada em curso pelo Governo, e reiterou a proposta de qualificar o ensino e o trabalho na Rural.

Por fim, o Prof. Laerte Grisi despediu-se parabenizando a consulta eleitoral conduzida pela Comissão e também àquela realizada pelo SINTUR. Disse ainda que foi o grande vencedor do primeiro turno, por ter recebido a maioria dos votos dos docentes e dos técnico-administrativos.

O Prof. Ricardo Miranda agradeceu aos eleitores que conduziram a Um Novo Tempo para o segundo turno, manifestando sua preocupação em respeitar as diferenças e as categorias da universidade. Ressaltou que o logotipo da chapa representa a proposta do grupo que conjuga, equilibradamente, trabalho e alegria, prazer e responsabilidade.

FOTOS: RICARDO CRUZ



INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ

28,86%:

Alguns professores observaram que a ficha financeira fornecida pelo Departamento de Pessoal da UFRRJ, referente aos 28,86%, não confere com a mesma ficha obtida pela Internet, no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): <http://www.siapenet.gov.br>. De acordo com Dr. Marcelo Chalhó, advogado da ADUR-RJ, o Departamento de Pagamento da UFRRJ deve fornecer a ficha financeira referente ao período de 1993 a 1998 a todos os professores que fazem jus ao 28,86%.

Recesso do judiciário:

O Judiciário entrará em recesso na segunda quinzena de dezembro, retomando os trabalhos somente na segunda semana de janeiro do próximo ano. Sendo assim, apenas em 2005 teremos novas informações a respeito

Balanco do ano de 2004:

- O processo do FGTS caminha para o seu desfecho, após longa e exaustiva batalha judicial, ou seja, em breve os professores estarão recebendo as perdas do Fundo. No caso, já foi encaminhado para o processo a relação de docentes que do mesmo conta, com dados necessários à conta de liquidação que será feita pela CEF, com posterior apresentação nos autos da ação. A CEF já está de posse do processo, para o que lhe foi dado prazo até início de fevereiro para ulitimação dos pagamentos devidos aos professores.

- No que diz respeito aos 28,86%, para os professores que não fizeram acordo com a União, o processo está para seguir para cálculos, com o que esses professores receberão, com juros e correção monetária, os valores que lhes são devidos e de uma única vez. A Assessoria Jurídica da Adur está entrando em contato com contadores e peritos para ver da melhor forma de proceder a esses cálculos, sendo possível a necessidade de documentos complementares à feitura da conta.

- Sobre a GID/GEAD dos professores aposentados do CTUR deve se esclarecer que após meses de tormentos administrativos para o correto cumprimento da ordem judicial contida no processo que beneficia esses docentes o assunto está, enfim, solucionado, mas esses profissionais deverão ficar atentos, comunicando à ADUR qualquer eventual erro no pagamento para que possam ser tomadas as medidas porventura necessárias.

Era, em síntese, o que tínhamos a relatar quanto a algumas medidas de caráter coletivo encaminhadas pela entidade,

Marcelo Chalhó - Assessor Jurídico da ADUR-RJ

24º CONGRESSO ANDES-SN: ESTEJA ATENTO AOS PRAZOS

• O ANDES-SN estabeleceu o período de **1º de dezembro de 2004 a 23 de fevereiro de 2005** para o recebimento da documentação regimental para inscrição de delegados e observadores para o 24º Congresso do Sindicato Nacional. O credenciamento durante o evento **deve acontecer no dia 24 de fevereiro das 9h às 12h e de 14h às 20h.**

• O prazo para contribuição dos artigos, para integrarem o Caderno de Textos, que será divulgado no 24º Congresso do ANDES-SN, em Curitiba (PR), é 18 de janeiro de 2005, por e-mail. As contribuições que chegarem à sede do ANDES-SN no período de **19 de janeiro a 10 de fevereiro de 2005** também serão remetidas às seções sindicais, juntamente com as correções e análises de textos, para comporem o anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no dia **14 de fevereiro de 2005**. O Caderno de Textos deve ser ordenado dentro de cada tema específico:

Movimento Docente e Conjuntura:

- **Tema I** – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.
 - **Tema II** - Questões Organizativas e Financeiras
 - **Tema III** – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe
- Veja as orientações do ANDES na página da entidade www.andes.org.br (circular nº382), para a melhor ordenação e dinâmica dos trabalhos que irão compor o Caderno de Textos.

A ILUSÃO DA ELITE SINDICAL NO PARAÍSO

PROFESSOR DA UNICAMP DIZ QUE GOVERNO DO EX-OPERÁRIO LULA ESTÁ CONSOLIDANDO MODELO NEOLIBERAL NO BRASIL.

ARMANDO BOITO, PROFESSOR TITULAR DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), FOI ENTREVISTADO PELO REPÓRTER OTTO FILGUEIRAS (GAZETA MERCANTIL) E TECEU VÁRIAS CRÍTICAS À ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. SEGUNDO O PROFESSOR, O ATUAL PRESIDENTE ESTÁ CONSOLIDANDO O MODELO NEOLIBERAL NO BRASIL AO MANTER A POLÍTICA ECONÔMICA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. "É COMUM FORÇAS POLÍTICAS QUE SE IMAGINAM INIMIGAS DE UM DETERMINADO MODELO SE CONVERTEREM EM APERFEÇOADORAS DAQUELE MODELO, QUANDO ASSUMEM O PODER".

ALÉM DE PROFESSOR DA UNICAMP, ARMANDO BOITO FOI PESQUISADOR VISITANTE DA FONDATION NATIONALE DE SCIENCE POLITIQUE DE PARIS, E DESENVOLVE PESQUISA NAS ÁREAS DE POLÍTICA BRASILEIRA, MOVIMENTO SINDICAL E TEORIA POLÍTICA. BOITO É AUTOR DE VÁRIOS LIVROS, TAIS COMO "O GOLPE DE 1954: A BURGUESIA CONTRA O POPULISMO" E "O SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL, ANÁLISE CRÍTICA DA ESTRUTURA SINDICAL".

REPRODUZIMOS A SEGUIR TRECHOS DA ENTREVISTA REALIZADA PELA GAZETA MERCANTIL.

Gazeta Mercantil - Por que há mais de duas décadas o crescimento da economia brasileira é sem consistência e não se sustenta?

Armando Boito - O problema do crescimento na economia brasileira tem de ser compreendido no contexto mais amplo das economias capitalistas no mundo de hoje. Não é apenas o Brasil que tem crescimento quase insignificante nas últimas duas décadas. Toda a Europa está funcionando dessa maneira, alternando períodos de recessão com outros de desenvolvimento muito baixo. Uma exceção que confirma a regra são os Estados Unidos, que mantiveram o desenvolvimento na década de 1990, mas muitos economistas entendem que isso se explica pelo fato dos norte-americanos controlarem a moeda mundial, terem déficit com o resto do mundo e financiarem o seu crescimento com a pauperização dos outros. Portanto, o capitalismo brasileiro, como outros países da América Latina, também se comporta dessa maneira, e o crescimento da economia deve ser muito provavelmente de fôlego curto, como já aconteceu outras vezes nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco. Digo muito provavelmente, porque no caso brasileiro atual há uma mudança importante desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que pode repercutir de algum modo nesse processo.

Gazeta Mercantil - Que mudanças são essas?

Armando Boito - O modelo econômico atual começou a ser

implantado no governo de Fernando Collor de Mello, mas agora entrou numa nova fase, com novos apoios políticos e novos arranjos no nível do bloco de forças no poder. A nova fase foi iniciada em 1999, em plena crise cambial, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e o governo Lula aprofundou-a e está conseguindo consolidá-la. Essa nova fase implicou em mudanças na relação do governo com o empresariado e na relação do governo com as classes trabalhadoras. No início, quando foi implantado, esse modelo encontrou resistência grande por parte dos trabalhadores organizados em entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros movimentos sociais vinculados inclusive ao Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), que no parlamento também resistiam às medidas liberalizantes. No que diz respeito aos empresários, embora houvesse uma unidade em torno da idéia de desregulamentação e flexibilização, havia também resistências pontuais, porém significativas, contra alguns pontos do modelo neoliberal. Em se tratando de privatização e desregulamentação do mercado de trabalho havia no meio empresarial quase uma unanimidade favorável a essas medidas. Mas, quando se tratava da abertura comercial, da desregulamentação financeira e da política de juros altos que estava associada a essas medidas, a resistência da indústria interna era grande. Talvez muitos não se lembrem, hoje, mas durante o primeiro mandato do Fernando

Henrique Cardoso, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apoiou uma greve nacional de trabalhadores convocada pela CUT e pela Força Sindical. Uma matéria publicada na revista da Fiesp, na época, mostrava que todos os conselheiros e membros da diretoria da Fiesp apoiaram a decisão do Carlos Eduardo Moreira, então presidente da entidade, de apoiar publicamente a greve. Além disso, em outubro de 1996, junto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Fiesp fez manifestação de empresários em Brasília, foram fretados aviões para levar os industriais, porque setores importantes dos empresários ligados a indústria, em grande medida ao mercado interno e onerado pela política de juros altos, tinham grande resistência a uma parte do modelo neoliberal.

Gazeta Mercantil - Por causa da hegemonia do capital financeiro?

Armando Boito - Sim, a indústria e a agricultura eram preteridas. Foi um fator econômico que criou a oportunidade para que a pressão desses setores empresariais fosse bem-sucedida. A crise cambial de 1999 significou a prova definitiva de que não é possível remunerar o capital financeiro nacional e internacional nos níveis que eles obtinham, e ainda obtêm, sem implementar uma política para aumentar as reservas cambiais, porque sem reserva em dólares o capital financeiro não circula livremente e não pode ser remunerado. Quando o Fernando Henrique afastou Gustavo Franco da presidência do Banco Central e liberou o câmbio e fez a desvalorização do real, ele deu início a uma política de favorecimento ao

setor exportador do empresariado. Não podemos esquecer que, junto com essa política, Fernando Henrique iniciou uma pressão contra os subsídios aos produtos agrícolas dos países centrais. E buscou uma política de saldos positivos na balança comercial e logrou obter esses saldos, contrariamente ao que aconteceu no seu primeiro mandato, quando o déficit na balança comercial era apresentado como virtude.

Gazeta Mercantil - A política econômica do Lula é continuidade da que existia no governo FHC?

Armando Boito - O presidente Lula dá seqüência ao segundo governo FHC. Aprofundou essa política comercial mais agressiva e que ele chama de "nova geografia comercial". Não se trata de política antiimperialista, o comércio sequer é o principal pilar da dominação imperialista, mas uma política que provoca atritos com certos interesses das empresas capitalistas dos países centrais, a começar pela produção agrícola. E uma política que permite saldos positivos crescentes na balança comercial e, conseqüentemente, a manutenção desse modelo que estava praticamente se inviabilizando. Com o aumento enorme da exportação do agronegócio e um pequeno crescimento na exportação de manufaturados de baixa tecnologia, esse setor da burguesia passou a encontrar posição mais confortável, ainda que subordinada, dentro da política econômica, que ainda é a política de hegemonia do capital financeiro. Hoje, a Fiesp, por exemplo, está muito próxima do governo, o setor industrial voltado para a exportação aumentou sua

influência política na entidade. O novo presidente da Fiesp contou com esse setor para vencer o candidato apoiado pela diretoria anterior. Portanto, o que se esboçou no segundo mandato de FHC está se consolidando sob o governo Lula, que administra uma fase mais madura do modelo neoliberal, na qual se mantém a hegemonia do capital financeiro, representada pela desregulamentação financeira, política de juros altos e busca de superávits primários crescentes. Política que limita a expansão dos negócios da burguesia interna, impede melhoria da infra-estrutura do País e encarece o custo do dinheiro.

Gazeta Mercantil - O arranjo terá fôlego?

Armando Boito - É difícil saber. Essa mudança não é apenas resultado da iniciativa e viagens de Lula. O comércio internacional de produtos primários melhorou na década de 2000 e isso foi aproveitado não só pelo Brasil, mas também por outros países latino-americanos. Quanto vai durar, ainda não sabemos ao certo.

Gazeta Mercantil - E em relação aos trabalhadores?

Armando Boito - Ai, também entramos numa fase nova. O governo Fernando Henrique era baseado em partidos que não possuem a tradição de inserção nos setores operário e popular. Tudo muda quando o governo conta com partidos como o PT, o PCdoB e o PSB. Esses partidos estão obtendo, também aqui, uma acomodação política. Havia predisposição de parte da base petista para estabelecer um compromisso com o modelo neoliberal. O governo pôde desenvolver uma política de cooptação das direções sindicais e populares. Centenas de sindicalistas e milhares de militantes do PT estão vivendo de emprego público arranjado, de puro clientelismo. Mas, a cooptação não é tudo. Há fenômenos profundos, com raízes sociais, porque nos setores com maior capacidade de organização e pressão do sindicalismo, a exemplo dos petroleiros, bancários e trabalhadores da indústria automotiva, que são a nata do sindicalismo metalúrgico, percebe-se, acompanhando a história recente desses sindicatos, que estão procurando acomodação dentro do modelo neoliberal. Esses sindicatos de trabalhadores estão aderindo à aposentadoria complementar e à previdência privada, procuram uma forma das próprias entidades gerirem a aposentadoria privada e estão aderindo aos planos de saúde privado. Ou seja, se afastam da luta pelo Estado de Bem-Estar Social, com direitos sociais universais

financiados e geridos pelo Estado, que foi o que caracterizou a atuação da CUT e o PT na década de 1980. O outro fator importante, e não é uma novidade do governo Lula, é que há uma parte dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados, que são os deserdados do desenvolvimentismo e agora do neoliberalismo, que paradoxalmente tem servido de classe apoio ao modelo neoliberal. É que esse setor pobre da população não chegou a ter acesso à cidadania social, à saúde, à educação, ao transporte, à cultura e à aposentadoria no período desenvolvimentista e populista. Ou ficou de fora desse direito, por não ter carteira assinada, ou teve acesso muito limitado. Por isso, esses trabalhadores, cuja pauperização foi agravada pelo próprio modelo neoliberal, acumularam na história recente uma revolta difusa, e, em certa medida, politicamente cega, contra o desenvolvimentismo e o populismo. Revolta confiscada pelo capital financeiro, pelas políticas de focalização do Banco Mundial, e os direitos sociais foram apresentados como privilégios de poucos a serem extirpados.

Gazeta Mercantil - Isso explica a eleição do Fernando Collor de Mello para presidente da República?

Armando Boito - Fernando Collor de Mello foi o primeiro que capitalizou essa revolta difusa com o apelo aos "descamisados" e a sua "caça aos marajás". De lá para cá, esses trabalhadores pauperizados têm servido de classe apoio para o modelo neoliberal. Votaram em Collor, a maioria deles votou em Fernando Henrique e, recentemente, na campanha de 2002, passaram para o lado do governo Lula. Graças a um processo complexo de ilusão ideológica, eles estão servindo de base de apoio para as forças políticas da direita que querem destruir qualquer tipo de cidadania social no Brasil, embora tais forças se apresentem com um discurso demagogicamente igualitário contra os privilégios. Mas isso vem desde o Collor. A novidade do atual governo é que Lula está explorando a origem popular dele e dos seus ministros para aprofundar esse novo populismo. Na época da reforma neoliberal da previdência, o presidente Lula fez até discurso contra os "professores privilegiados", comparando-os com os trabalhadores rurais sem direito.

Gazeta Mercantil - O velho populismo está de volta?

Armando Boito - Esse é um novo tipo de populismo, diferente do período de

Getúlio Vargas que apelava à massa trabalhadora para levar de vencida a resistência da oligarquia e dos Estados Unidos contra a industrialização e a modernização do País. Agora temos um populismo que faz apelo aos trabalhadores desorganizados e pobres para isolar os trabalhadores organizados e remediados, e para fazer passar uma política de ajuste fiscal favorável ao capital financeiro, mas jamais favorável aos trabalhadores pobres e desorganizados, aos quais o modelo neoliberal reserva as políticas compensatórias, como bolsa isso, bolsa aquilo, que o governo Lula agora unificou na Bolsa Família. Então, na verdade está se praticando um novo tipo de populismo, com mais possibilidade de ser bem sucedido quando se tem um presidente de origem popular.

Gazeta Mercantil - Como se situa o sindicalismo metalúrgico do ABC paulista em relação ao modelo neoliberal?

Armando Boito - Além da cooptação massiva de lideranças de movimentos sindicais, populares e de partidos políticos de esquerda por meio do clientelismo e do empreguismo, que ocorre no governo Lula e nas prefeituras petistas, os setores da elite sindical com maior capacidade de organização e de pressão podem prescindir das legislações social e trabalhista. Pegue o exemplo do 13º salário garantido por lei. Ora, esses setores recebem o 14º salário e graças à força do seu sindicalismo, eles não precisam de uma norma protetora como essa. É por isso que estão aceitando a flexibilização da CLT proposta pelo governo Lula. Os prejudicados não serão eles, mas a grande massa trabalhadora pouco organizada.

Gazeta Mercantil - O governo Lula vai conseguir contemplar as necessidades do povo mais pobre que lhe dá esse apoio difuso?

Armando Boito - Tenho certeza que não. Não se pode atender às necessidades dessa população empobrecida com um superávit primário de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e sem mexer em toda estrutura do modelo econômico. Não é possível atender às necessidades dessa parte da população com uma política voltada para o mercado externo. A elevação dos salários dos trabalhadores seria um estorvo para essa política, já que o salário arrojado é um trunfo para a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional. O governo Lula mantém o salário mínimo nem tanto por causa da Previdência, esse era um fator e ele recorreu a esse argumento porque sabia que ia pegar, mas o outro fator,

e talvez o mais importante, é que não pode haver uma política de recuperação do salário mínimo no Brasil com esse modelo econômico, pois vai encarecer as exportações, os produtos brasileiros vão perder competitividade. A caça aos dólares para remunerar o capital financeiro exige o arrocho salarial.

Gazeta Mercantil - Do lado dos empresários não existe nenhuma contradição mais aguda de setores da indústria que dependem do mercado interno?

Armando Boito - Ainda há contradições, atritos e divergências. Os setores insatisfeitos estão organizados no Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (Iedi). E muitos setores da indústria voltados para o mercado interno não estão tendo o mesmo crescimento dos setores exportadores. Mas em termos relativos, se comparar com o período de FHC, a unidade dos empresários com o governo Lula é maior.

Gazeta Mercantil - Então, o PT, o PCdoB e o presidente Lula, que tanto criticaram o modelo neoliberal dos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique, vão consolidar esse processo?

Armando Boito - Não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Eles estão sendo os artífices do período de consolidação do modelo capitalista neoliberal no Brasil. E isso nem chega a ser uma situação excepcional na história. É comum forças políticas que se imaginam inimigas de um determinado modelo se converterem em aperfeiçoadoras daquele modelo, quando assumem o poder governamental. E os críticos do modelo neoliberal estão na defensiva e praticamente decapitados no Congresso Nacional. Durante os dois mandatos do Fernando Henrique os projetos de reformas neoliberais encontravam resistência de 25% da Câmara dos Deputados e do Senado, hoje isso não existe mais.

Gazeta Mercantil - A classe operária chegou ao paraíso?

Armando Boito - Não, embora parte da equipe governamental seja formada por sindicalistas egressos da corrente Articulação Sindical, a exemplo do petroquímico Jaques Wagner, que foi ministro do Trabalho e agora no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes), do médico Antonio Palocci, ministro da Fazenda, dos bancários Luiz Gushiken, ministro da Comunicação Social, Olívio Dutra, ministro das Cidades, Ricardo Berzoini, no Ministério do Trabalho e que foi ministro da Previdência

Social, e do próprio Presidente da República, um ex-operário. E mais de uma centena de sindicalistas originários da mesma corrente ocupam altos postos na administração e nas empresas estatais. O fato de os sindicalistas serem hoje parte importante do pessoal dirigente do executivo federal, não significa a formação de uma "República de sindicalistas" no Brasil, mas sim uma situação próxima àquela designada pelo marxista greco-francês Nicos Poulantzas (1936-1979) com o conceito de "classe detentora" do aparelho de Estado - aquela classe que praticamente monopoliza os altos cargos da burocracia pública sem que tenha, por causa disso, capacidade de influenciar a política econômica e social. A situação brasileira atual não reproduz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora - não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da Articulação Sindical estão muito longe de monopolizar os principais cargos do Executivo Federal. Porém, mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no executivo federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importantes. A formação do governo Lula é vista, por esses trabalhadores, como uma situação inteiramente nova. Com esse governo, esses sindicalistas imaginam ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e esperam do presidente sindicalista, não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego. Essa camada de trabalhadores tem aceitado parte do privatismo neoliberal e acredita que pode utilizar seu poder de organização e de pressão sindical para converter alguns aspectos do neoliberalismo em instrumentos de defesa e de melhoria de suas condições de vida. Mas isso é uma ilusão, porque o modelo neoliberal só vai acentuar o desemprego e piorar as condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Fonte: *Gazeta Mercantil/Caderno A* - Pág. 6, 13 de Outubro de 2004, por Otto Filgueiras

CALOUROS SÃO RECEPCIONADOS POR AULA INAUGURAL

Diferentemente do que acontece em algumas universidades, os novos alunos da UFRRJ não foram recebidos com brincadeiras que pudessem constrangê-los. O Diretório Central dos Estudantes (DCE), pretendendo dar boas-vindas e promover a integração entre os calouros, organizou uma Aula Inaugural, no último dia 22 de novembro, no Cine Teatro Gustavo Dutra (Gustavão). Os trabalhos foram coordenados pelos representantes do DCE, Rodrigo Vitória (Educação Física) e Mário Piratello (Agronomia). As professoras Rosane F. de Oliveira e Maria Teresa C. da Cunha participaram do evento como representantes da ADUR-RJ e da Comissão Eleitoral, respectivamente.

A representante da ADUR-RJ fez uma exposição sobre a Reforma Universitária, demonstrando quais foram as últimas atitudes do governo e as principais reivindicações de docentes e discentes. O objetivo desta apresentação foi possibilitar que os calouros pudessem prontamente se familiarizar com a discussão e a luta dos diversos segmentos que pretendem barrar o projeto de reforma universitária do governo.

Para a palestrante, um dos maiores exemplos do descaso dos governantes frente à educação pública é a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), que isenta as instituições particulares de ensino de impostos e contribuições fiscais. O governo desloca os recursos que poderiam ser investidos nas universidades



públicas para "comprar" vagas nas universidades particulares.

Assim como o ProUni, a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público-Privadas (PPP's) e o incentivo à educação à distância são partes complementares do mesmo projeto reformista do governo Lula. A palestrante destacou, inclusive, a importância da participação de todos os estudantes em atividades de mobilização, assim como a Grande Marcha à Brasília, ocorrida em 25 de novembro último.

Já a professora Maria Teresa da Cunha, como representante da Comissão Eleitoral, esclareceu alguns aspectos do processo para escolha do próximo Reitor da UFRRJ. A professora destacou a importância de se participar de uma consulta eleitoral para reitoria, sobretudo, como um exercício democrático.

O grupo teatral APOENA, for-

mado por alunos da UFRRJ, apresentou uma esquete pela qual se criticava o abandono e descaso do ensino público brasileiro. À tarde, houve a exibição do documentário "Ilha das Flores" (1989), do diretor Jorge Furtado.

De acordo com João Brandão, estudante de Educação Física da UFRRJ e coordenador do DCE, a aula inaugural teve como principal objetivo estabelecer um primeiro contato com o calouro, demonstrando as dificuldades que atingem o ensino público do país.

Segundo Brandão, desde 2002, a organização da aula inaugural não está mais sob responsabilidade da Reitoria, já que o DCE comparecia ao evento para mostrar a realidade vivenciada pela Rural. Para o coordenador do DCE, os alunos têm que lutar, desde cedo, pela qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

CALENDÁRIO DE LUTAS DO ANDES-SN

13 A 15 DE DEZEMBRO - "MARCHA SOBRE BRASÍLIA PELA RECUPERAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA", SOB ORGANIZAÇÃO DA CUT.

26 A 31/01/2005 - FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, EM PORTO ALEGRE. OUTRAS INFORMAÇÕES: [HTTP://WWW.FORUMSOCIALMUNDIAL.ORG.BR](http://www.forumsocialmundial.org.br)

24/02 A 01/03/2005 - 24º CONGRESSO DO ANDES-SN, EM CURITIBA (PR), COM O TEMA: "UNIDADE E INDEPENDÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA: DIREITOS SOCIAIS E PROJETO DE EMANCIPAÇÃO".

MARCHA À BRASÍLIA REÚNE MANIFESTANTES CONTRA REFORMAS DO GOVERNO LULA



Aproximadamente quinze mil pessoas estiveram em Brasília no último dia 25 de novembro para protestar contra as reformas sindical, trabalhista e universitária do governo Lula. Mais de 200 ônibus de diversos Estados do país levaram representantes dos docentes, discentes, técnico-administrativos, sindicalistas e do movimento sem-terra para a capital. O grupo encontrou-se em frente à Esplanada dos Ministérios e marchou contra o pacote de reformas que o governo pretende implementar. Várias entidades também participaram desta manifestação, entre elas: ANDES-SN, Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), CUT (Central Única dos Trabalhadores), diversas entidades estudantis, Conlute (Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes) e partidos políticos como PT, PSOL e PSTU.

Cerca de 40 estudantes da UFRRJ foram à manifestação, com apoio da ADUR-RJ, que patrocinou metade do custo referente ao transporte. De acordo com Mário Piratello, integrante do Diretório Central dos Estudantes da UFRRJ, a Rural foi uma das universidades que mais enviou discentes para Brasília.

Segundo Piratello, os estudantes não desperdiçaram tempo e, durante o percurso para o Distrito Federal, assim como no caminho de volta para

ma universitária, abordando temas como autonomia, gestão, Programa Universidade para Todos (ProUni), entre outros assuntos.

“- Foi importante organizarmos este espaço para debatermos e analisarmos o que presenciávamos e o que também vivenciamos em Brasília. Nossa proposta é combater toda e qualquer prática divisionista do movimento estudantil, já que este é um momento que exige ampla mobilização nacional”, afirma Piratello.

Para Georgia Rodrigues, aluna do 2º período de Ciências Econômicas da UFRRJ que participou pela primeira vez de uma manifestação de grande porte, a Marcha à Brasília foi importante porque todos estavam unidos para brigar por um ideal.

“- Apesar da marcha ter sido muito heterogênea, não me senti só, pois, nós, estudantes, protestamos por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Contudo, acho que aquele não era o momento para manifestações partidárias, e sim, para carregarmos uma bandeira única”, diz.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN), a Marcha à Brasília atingiu seus objetivos, na medida em que vários segmentos estiveram unidos para criticar as reformas neoliberais do governo Lula. Entre as críticas, estavam a privatização das universidades públicas, o ProUni, as reformas sindical e trabalhista, assim como a falta de investimento para o ensino público.

casa, o DCE da Rural promoveu debates no ônibus. O objetivo do Diretório Central dos Estudantes da Rural era discutir os efeitos nocivos da reforma universitária, abordando temas como autonomia, gestão, Programa Universidade para Todos (ProUni), entre outros assuntos.

A direção do ANDES-SN, contudo, observa que este momento carece da união das categorias – trabalhadores, docentes, discentes, sindicalistas – para evitar que a educação pública brasileira seja destruída pela política reformista do atual governo.

À frente das manifestações, estiveram os parlamentares Babá, Heloisa Helena, Luciana Genro e João Fortes, que se pronunciaram contra o Governo Lula ao lado de representantes do ANDES-SN e do Conlutas. O deputado Chico Alencar também participou do evento para representar a ala mais à esquerda do PT, que não coaduna com a postura dos companheiros de partido que estão no governo. O presidente do PSTU, José Maria, criticou o alinhamento da política brasileira com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Parte dos manifestantes tomou banho no espelho d'água no Congresso. Durante o protesto, os participantes da Marcha gritavam: “não pago, não pagaria, educação não é mercadoria”, ou ainda: “você, aí fardado, também é explorado”. Este último “grito de guerra” foi dirigido aos policiais, que segundo Geórgia Rodrigues, agrediram violentamente um estudante que ameaçou, durante uma brincadeira, subir a rampa do Congresso. Segundo a aluna, os presentes, em solidariedade ao rapaz, sentaram no meio da rua, impedindo que o camburão passasse. Em represália, um grupo jogou água nos policiais.

Georgia Rodrigues não se lembra de ver alguém jogando pedra em direção aos prédios oficiais, e diz também que é preciso tomar cuidado com a versão amplamente difundida pela grande imprensa. Para a aluna da Rural, os grandes veículos de comunicação atribuíram uma conotação pejorativa a Marcha à Brasília, enquanto trataram os manifestantes como se fossem baderneiros.

“- Durante todo o percurso, a cavalaria nos acompanhou. A polícia repreendeu violentamente o menino que tentou subir a rampa, o segurando pela nuca e cabelos. Este foi o único momento em que houve violência.

A imprensa transmitiu a idéia de que éramos bagunceiros, vândalos, mas apenas um pequeno e isolado grupo de punks e skinheads destoaram do espírito pacífico da manifestação”, conta.

Embora a Marcha à Brasília tenha sido considerada vitoriosa pelo ANDES-SN, o número de participantes foi inferior ao esperado. A aluna lamentou que as ruas não estivessem com 100 mil ou mais pessoas, como acontece nos Sambódromos durante o carnaval carioca.

“- É muito triste que as pessoas se mobilizem, na proporção que o fazem, para participar de uma festa como o carnaval e que não compareçam a um ato muito mais importante, como foi esta Marcha à Brasília. Lutamos para transformar o futuro de toda sociedade”, afirma a estudante.

FOTO: GEORGIA RODRIGUES



SETOR DAS IFES APROVA 6 DE DEZEMBRO COMO "DIA NACIONAL CONTRA O PROUNI"

Em 25 de novembro, representantes de diversas seções sindicais estiveram em Brasília para reunião do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), coordenada pelo ANDES-SN.

Primeiramente, houve um relato dos trabalhos realizados, na semana de 22 a 26 de novembro, pelo Comando Nacional de Mobilização. Após apresentação da síntese das atividades do CNM, a Diretoria do ANDES-SN informou que o Ministério da Educação encaminhou um documento com artigos referentes ao Anteprojeto de Lei Orgânica da Reforma da Educação Superior Brasileira. Neste documento, o governo afirma que a minuta deste Anteprojeto será apresentada no dia 6 de dezembro, e que ele não será remetido ao Congresso Nacional, neste momento.

A Diretoria do ANDES-SN também informou que o MEC agendaria uma audiência entre o Ministro Tarso Genro e representantes do Sindicato Nacional para a primeira semana de dezembro. Nesta reunião, seriam discutidos os encaminhamentos do Grupo de Trabalho de estrutura salarial dos docentes.

Durante este encontro, representantes do Setor das IFES deliberaram que o Sindicato Nacional deveria produzir um Informe ANDES Especial, que divulgasse o sucesso da Marcha à Brasília – ocorrida também em 25 de novembro – para protestar contra as reformas sindical, trabalhista e universitária do governo Lula. A preocupação do grupo é transmitir a veracidade deste ato pacifista e desmistificar as notícias divulgadas pela grande imprensa, que atribuíram aos manifestantes às responsabilidades por atos de vandalismo e violência.

Da mesma forma, o grupo decidiu que o Informe ANDES também deveria encaminhar informações referentes à rejeição da Medida Provisória 213/04, que estabelece o ProUni, aprovada no último dia 1º de dezembro.

A reunião do Setor das IFES deliberou que as seções sindicais devem restabelecer contato com os parlamentares, seja pessoalmente ou via correspondência, para explicitarem a rejeição à Medida Provisória 213/04. O grupo também combinou enviar abaixo-assinados e mensagens eletrônicas que reforçassem o descontentamento em relação ao ProUni. Nestes abaixo-assinados, deverá conter a seguinte afirmação: "votar contra o ProUni é votar à favor da educação pública e de qualidade, portanto, quem votar à favor será denunciado como inimigo da Universidade Pública".

Os representantes das seções sindicais que compareceram à reunião do Setor das IFES também aprovaram a indicação do dia 6 de dezembro como o "Dia Nacional contra o ProUni", com ações políticas em todo país. Outro encaminhamento importante foi o de que as seções sindicais devem estabelecer contato e somar forças com as diferentes organizações e entidades que participaram da Marcha à Brasília contra o pacote reformista do governo Lula.

MEDIDA PROVISÓRIA 213/04 (PROUNI) É APROVADA PELA CÂMARA FEDERAL

No dia 19/12, por acordo de lideranças do PT e do PFL, o ProUni foi aprovado na Câmara Federal. Neste mesmo dia, o ANDES-SN enviou uma correspondência (carta nº368/04) aos parlamentares, pela qual tentou conscientizá-los da importância de votarem contra o ProUni. Segundo o Sindicato Nacional, esta carta – disponibilizada na íntegra na página eletrônica do Sindicato Nacional (www.andes.org.br) – foi lida em plenário pelo deputado Chico Alencar (PT-RJ).

De acordo com o ANDES-SN, o resultado final dos acordos entre o atual governo e os empresários favoreceu o setor privado. Na versão original do projeto do ProUni, o MEC previa que as instituições privadas deveriam destinar 25% das vagas para "alunos carentes", enquanto na versão aprovada pela Câmara, as universidades "filantrópicas" concederão apenas 10% de suas vagas, sendo que destas 50% serão na forma de bolsas de estudo parciais, podendo ser oferecidas nas modalidades de ensino à distância ou ainda de cursos sequenciais. Em troca, as universidades que aderirem ao ProUni receberão isenções fiscais e tributárias.

Segundo a circular 402/04 do ANDES-SN, as universidades consideradas filantrópicas têm isenções de até 25% de seu faturamento, enquanto as confessionais, comunitárias e empresariais cederão apenas 7% do seu número de vagas, e não mais os 25% anteriormente estabelecidos.

A votação desta Medida Provisória, de acordo com o mesmo documento divulgado pelo ANDES-SN, contou com a oposição das bancadas do PSDB e PSOL. Os deputados Chico Alencar, Babá, Luciana Genro, Ivan Valente e Paulo Rubem manifestaram-se contrariamente à instituição do ProUni.

O ProUni, uma vez aprovado pela Câmara Federal, será encaminhado ao Senado. Para os diretores do Sindicato Nacional dos Docentes, os encaminhamentos das últimas atividades em Brasília – Grande Marcha e reunião do Setor das IFES – devem ser intensificados: pressionar os senadores para que votem contra a MP 213/04; denunciar partidos políticos e parlamentares que votaram à favor da aplicação de recursos públicos em instituições privadas.

No último dia 25/11, durante a Grande Marcha à Brasília contra a reforma universitária, o ANDES-SN instituiu o dia 6 de dezembro como dia Nacional de luta contra o ProUni.

No dia 6 de dezembro, durante solenidade de lançamento do anteprojeto de Reforma Universitária, Paulo Rizzo – primeiro vice-presidente do ANDES-SN – protocolou uma nota pública no MEC, pela qual esclarece o posicionamento do Sindicato Nacional em relação à Reforma Universitária.

O discurso e o empenho do Sindicato Nacional dos Docentes têm sido, ao longo das últimas duas décadas a favor de uma universidade pública, gratuita, autônoma, de qualidade e socialmente referenciada. Há que se estar atento, entretanto, para a versão amplamente difundida pela grande imprensa, que se apropria de valores e crenças há muito defendidos pelas entidades de classe, seções sindicais e pelo ANDES-SN, atualmente, travestidos em discurso governista, por uma liderança nacional supostamente "de esquerda".

FELIZ NATAL E PRÓSPERO 2005

NATAL É MARCADO PELA CONFRATERNIZAÇÃO, SOLIDARIEDADE E AMOR. É UM PERÍODO ONDE O HOMEM PERMITE QUE A EMOÇÃO AFLORE E ATÉ SUPERE OS INTERESSES MERCADOLÓGICOS DO MUNDO CAPITALISTA.

ESTA EMOÇÃO É A MESMA QUE PERMEOU TODO O PROCESSO DE HOMINIZAÇÃO. HUMBERTO MATURANA CHAMA A NOSSA ATENÇÃO: "A EMOÇÃO FUNDAMENTAL QUE TORNA POSSÍVEL A HISTÓRIA DA HOMINIZAÇÃO É O AMOR. SEI QUE O QUE DIGO PODE CHOCAR, MAS INSISTO, É O AMOR. NÃO ESTOU FALANDO COM BASE NO CRISTIANISMO. SE VOCÊS ME PERDOAM DIREI QUE, INFELIZMENTE, A PALAVRA AMOR FOI DESVIRTUADA, E QUE A EMOÇÃO QUE ELA CONOTA PERDEU SUA VITALIDADE, DE TANTO SE DIZER QUE O AMOR É ALGO ESPECIAL E DIFÍCIL. O AMOR É CONSTITUTIVO DA VIDA HUMANA, MAS NÃO É NADA ESPECIAL. O AMOR É FUNDAMENTO DO SOCIAL, MAS NEM TODA CONVIVÊNCIA É SOCIAL. O AMOR É A EMOÇÃO QUE CONSTITUI O DOMÍNIO DE CONDUTAS EM QUE SE DÁ A OPERACIONALIDADE DA ACEITAÇÃO DO OUTRO COMO LEGÍTIMO, OUTRO NA CONVIVÊNCIA, E É ESSE MODO DE CONVIVÊNCIA QUE CONOTAMOS QUANDO FALAMOS DO SOCIAL. POR ISSO, DIGO QUE O AMOR É A EMOÇÃO QUE FUNDA O SOCIAL. SEM ACEITAÇÃO DO OUTRO NA CONVIVÊNCIA, NÃO HÁ FENÔMENO SOCIAL". (HUMBERTO MATURANA, *EMOÇÕES E LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA*)

ENTENDENDO QUE O ESPÍRITO NATALINO É A EMANAÇÃO DO AMOR, DESEJAMOS QUE ELE SE SOBREPONHA AO "CONSUMO" E SE PERPETUE AO LONGO DE TODO O ANO.

**FELIZ NATAL E PRÓSPERO ANO NOVO!
SÃO OS VOTOS DA DIRETORIA E DOS FUNCIONÁRIOS DA ADUR-RJ**

EXPEDIENTE

ADUR Informa
Publicação da Associação
dos Docentes da UFRRJ

Endereço:
Rodovia BR 465, Km 7 – Campus da
UFRRJ – Seropédica, RJ.
Caixa Postal: 74.537 – CEP: 23.851-970.
Telefax: (21)2682-1379.
E-mail: adurj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial:
Canrobert P. L. Costa Neto, Rosane
Ferreira de Oliveira, Luis Mauro
Sampaio Magalhães, Maria Teresa
Carneiro da Cunha, Irlene Braga da Trin-
dade e Frederico José Falcão.

Redação e diagramação:
Aline Pereira (Reg. 25163/ MTb)

Fotolito e impressão:
Gráfica Jornal de Hoje
Tiragem: 2 mil exemplares

